

Trabalho infanto-juvenil e seu impacto sobre a escolaridade e a cidadania: possibilidades de (de)formação? ¹

RESUMO: O trabalho na infância e adolescência tem, sobre o sujeito trabalhador, impactos de diversa ordem, tanto sobre sua saúde física e psíquica quanto sobre sua educação. Isto vem, crescentemente, se constituindo objeto de preocupação social. Analisamos, neste artigo, alguns resultados do trabalho infanto-juvenil sobre a formação do estudante. Com base numa pesquisa bibliográfica, articulamos diferentes perspectivas teóricas e evidenciamos a natureza polêmica da discussão. Enfatizamos os desfechos positivos do trabalho infanto-juvenil, considerando seu *potencial formador* e seu valor como *princípio educativo*, o que dependerá em cada caso das características do trabalho realizado e da percepção dos sujeitos acerca das atividades desenvolvidas.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho infanto-juvenil; Escola; Formação; Estudante trabalhador; Cidadania.

A questão do trabalho realizado por crianças e adolescentes é hoje preocupação mundial. Está presente em políticas públicas, em projetos sociais e educacionais, em legislações municipais, estaduais e federais, em planos de ação e intervenção de empresários, estadistas, religiosos, juristas, ONGs e entidades de projeção internacional.

Educadores, legisladores, políticos, psicólogos, sociólogos, dentre outros, advertem para a vulnerabilidade dos infantes ante a realidade imposta e demandada pelo mundo do trabalho, sobretudo nos países subdesenvolvidos e em vias de desenvolvimento, onde há, lamentavelmente, mais de 250 milhões de crianças trabalhando em atividades econômicas diversas (GRUSPUN, 2000).

No contexto dos países em desenvolvimento, o Brasil ocupa historicamente seu lugar dentro da problemática (ABRAMO; BRANCO, 2005). Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 1995, mostraram que do total de adolescentes (entre 15 e 19 anos) que vivem no país (15,8 milhões), nada menos que 56,6% (cerca de 8,9 milhões de indivíduos) faziam parte da população economicamente ativa (PEA).

Júlio César Leal Pereira

Doutorando em
Educação FAGED/UFBA
Bolsista CAPES
julioleal@yahoo.com.br

Maria Ornélia Souza Marques

Professora da Pós-graduação
da Faculdade de Educação /UFBA
orneliamarques@terra.com.br

(1) O texto baseia-se na revisão de literatura do Projeto de Tese do doutorando Júlio César, financiado pela CAPES e inscrito no Programa de Doutorado em Educação da Universidade Federal da Bahia, desenvolvido numa parceria entre a Faculdade de Educação e o Instituto de Saúde Coletiva.

Outra informação importante é que o contingente de adolescentes no Brasil se distribui de maneira desigual, concentrando-se a sua grande maioria no Sudeste (41,5%) e no Nordeste (32,1%). Estudos estimam que a crescente *onda de adolescentes* no país resultará num “alargamento” dessa população chegando ao ápice por volta de 2005 (BERCOVICH; MADEIRA; TORRES, 1997), o que representaria um motivo a mais de preocupação com a realidade sociológica, política e econômica dos adolescentes e jovens brasileiros.

Este debate é particularmente importante na Bahia onde atualmente, segundo dados do último levantamento da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), mais de 370 mil crianças e adolescentes continuam submetidos ao trabalho precoce (SILVA, 2005). A Bahia é o segundo estado brasileiro em número de bolsas do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) beneficiando mensalmente cada criança em risco de trabalho precoce com até R\$ 50,00 na zona urbana e R\$ 45,00 na zona rural. Apesar das 122.718 bolsas distribuídas entre 99 municípios baianos – só Salvador contando com 8.933 delas –, a situação ainda dista muito do ideal, pois, segundo dados oficiais, ainda existem hoje no Brasil cerca 930 mil crianças e adolescentes, na faixa dos 7 aos 15 anos, sofrendo a exploração de sua mão-de-obra.

Estudos recentes, desenvolvidos no Instituto de Saúde Coletiva (ISC)² da Universidade Federal da Bahia (UFBA), indicaram que o trabalho infanto-juvenil, no ambiente urbano de Salvador, pode ter um significativo impacto sobre a escolaridade do estudante, em virtude de sua exposição paralela à experiência de trabalho (SANTANA, 2005). Os dados desse estudo apontam para a necessidade de melhor compreender os aspectos educacionais implicados na relação do sujeito com o trabalho e de identificar os resultados ou interferências das atividades laborais de uma criança ou adolescente sobre a sua escolaridade e formação.

Apesar da grande relevância do tema e da crescente produção científica em torno da questão aqui discutida, são poucos os estudos que investigam que tipo(s) de trabalho mais interfere(m) na formação e na escolaridade do aluno-trabalhador e em que medida e de que forma o faz (PATRINOS; PSACHAROPOULOS, 1997; PSACHAROPOULOS, 1997; FASSA, 2000). Uma hipótese ainda a ser suficientemente testada é a de que os sujeitos com experiência de trabalho na infância e adolescência alcançam distintos resultados, tanto no sentido da sua (in)formação (escolaridade e cidadania)

(2) O ISC vem estudando, desde 2000, o impacto do trabalho sobre a saúde e a educação, temática acerca da qual já conta com várias publicações, incluindo duas teses de doutorado (cf. SANTANA et al. 2003; SANTANA e OLIVEIRA, 2004; SANTANA e BOUZAS, 2004; CARVALHO, 2005; DANTAS, 2005; PEREIRA e MARQUES, 2005). A seu convite, passamos a integrar uma equipe multidisciplinar de trabalho, desenvolvendo um sub-projeto de Doutorado voltado para o aprofundamento das questões específicas relativas ao efeito do trabalho sobre a educação da criança e do adolescente

como na possibilidade de sua “deformação” (prejuízos à saúde física, emocional e educacional), não havendo uma tendência única ou de prevalência absoluta, como supõem alguns estudos.

Os novos achados teriam a virtude potencial de favorecer uma maior compreensão da problemática, bem como o desenvolvimento de políticas públicas capazes de abordar o trabalho da criança e do adolescente de forma mais efetiva e eficaz (MASTEN; COATSWORTH, 1998; MENDONCA, 2002). Neste artigo, discutimos os nexos existentes entre a condição de estudante-trabalhador e os resultados escolares e formativos que se associam, potencialmente, a tal experiência.

Espectros da opressão e chavões (im)pertinentes sobre o fim da infância

É sabido que no século XVIII havia na Europa um razoável contingente de crianças e adolescentes trabalhando, e isso, contudo, não era objeto de preocupações tão generalizadas nem suscitava um debate tão amplo e acalorado como os que estamos acostumados a presenciar em nossos dias (ARIÈS, 1975).

Foi somente com a Revolução Industrial do século XVIII e o advento do sistema fabril que a questão do trabalho infanto-juvenil tornou-se um problema de grande envergadura no cenário europeu e mundial. Os impasses nos quais se colocou a infância com a afirmação do modo de produção capitalista é, na opinião de alguns, um dos grandes motivos da depauperação da mão-de-obra juvenil, que chegava a impor, a crianças pequenas, longas jornadas de trabalho, em condições as mais insalubres e humilhantes possíveis (ARIÈS, 1978; FONSECA, 2003; GRUNSPUN, 2000).

[C]om a entrada em cena da Revolução Industrial [...] os capitalistas recrutam vastos contingentes de crianças, adolescentes e mulheres para o lugar dos homens adultos. [...] Assim, nesse contexto que começa a se instaurar a partir dos séculos XVII e XVIII e que se consolida já na primeira metade do século XIX, a atividade desenvolvida por crianças e adolescentes perde todo seu caráter formativo e passa a se constituir em uma das mais cruéis formas de exploração do ser humano. (CAMPOS; DIMENSTEIN; FRANCISCHINI, 2003, p. 147)

Nos nossos dias, os sistemas de governo, bem como a legislação da maioria dos países modernos têm estimulado iniciativas e

ações de combate ao trabalho infantil, partindo do entendimento de que a proteção e a educação da infância são indispensáveis para a sobrevivência e o aperfeiçoamento da sociedade. Dados de 1997 estimam que, no território brasileiro, existem cerca de 7,5 milhões de trabalhadores com idade entre 10 e 14 anos. No Nordeste, algo em torno de 5% da população economicamente ativa, particularmente na zona rural, encontra-se na faixa etária entre 10 e 14 anos, índice esse bastante significativo (CAMPOS, DIMENSTEIN; FRANCISCHINI, 2003).

Deve-se, provavelmente, ao Direito e à mídia a rápida proliferação de idéias, no atual contexto social, acerca da impertinência e impropriedade do trabalho na infância e adolescência (GOMES, 1986b). Uma visão prescritiva e idealista da questão tem dominado a discussão do tema no seio da sociedade, chegando inclusive a ser assumida pelas próprias crianças e adolescentes quando interrogados a respeito (OLIVEIRA, *et al.* 2001).

O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Campanha de Combate ao Trabalho Infantil foram amplamente socializados (Diário Oficial da União, 1990) de modo que mesmo estudos realizados por pesquisadores acadêmicos, nas diversas universidades brasileiras, têm recebido a acentuada marca da lei, alguns dos quais se limitam a descrever ou indicar a distância entre esta e a realidade correspondente.

A idéia, própria da nossa cultura, de que a educação e a formação do jovem, desde cedo na vida, são indispensáveis para seu desenvolvimento posterior – e, portanto, para o bem geral da sociedade – dá sentido e lastreia não só as iniciativas educacionais de proteção da infância, mas toda uma gama de atitudes e ações cotidianas conhecidas que corroboram o sentido de **negatividade** e periculosidade associado ao uso deliberado e inadvertido de mão-de-obra infantil (GOMES, 1986a). Martínez (2001), por exemplo, afirma:

Indiscutivelmente **a escola**, como espaço de aquisição não só de conhecimento e capacidades, mas como espaço de socialização, de contato com a produção cultural humana em seu sentido mais amplo e de interações sociais múltiplas, [...] constitui um importantíssimo **espaco** de desenvolvimento que é **roubado, precocemente**, aos pequenos trabalhadores. (MARTÍNEZ, 2001, p. 9) – Grifo nosso.

A escola deve ser o **espaco de aprendizagem** por excelência. É o **lugar onde a criança deve estar**. A escola, para a crian-

ça em situação de rua, pode se transformar no lugar de **oportunidade** social, no qual conquista um sistema pessoal de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. A integração da cognição, do afeto e das mais variadas formas de expressão da criança através da ação, propiciadas pela escola, a tornam um agente de **cidadania**. Conhecer e exercer direitos e deveres permite que a criança adquira auto-respeito e auto-confiança. (KOLLER, 2003, p. 171) – Grifo nosso.

Assim, criou-se, dentro da sociedade contemporânea, uma corrente imbuída de ideais democráticos e princípios humanitários, que, *na prática*, advoga a inviabilidade do trabalho em concomitância com o processo de escolarização da criança e do adolescente. Souza (2004), por exemplo, assevera que “o estudo é fundamental para o crescimento e afirmação do jovem, e a [sua] participação no mundo do trabalho não pode ser feita em detrimento deste.” (p. 57) A seu ver, não deve existir prevalência do trabalho sobre o estudo “para que não se roube do jovem o seu tempo, o seu direito à formação.” (p. 58)

Cidadania sim, mas qual?

Ao se falar de educação para a cidadania, quer seja pelo trabalho, quer seja mediante a ação da escola, é preciso antes esclarecer de que cidadania e de que cidadão se está falando. A mesma sociedade burguesa que forjou o trabalho fabril extensivo aos infantes encarregou-se também de desenvolver noções e conceitos diversos que integram um ideário por meio do qual é possível ler e situar-se na realidade vivida. Daí a importância de explicitar a natureza e a orientação dos discursos que comumente embalam e embasam nossa ação e intervenção na realidade, especialmente no caso de haver pretensão de transformá-la em alguma medida.

Um conceito primeiro de cidadania pode ser encontrado em Marshall (1967), segundo o qual a cidadania é constituída por três componentes básicos: o direito civil (conquistado no séc. XVIII), o direito político (representado pelo voto) e o direito social (redistribuição de renda e poder). Em sua análise, Varella (1999) e Coelho (1990) apontam e questionam os limites e limitações de tal conceito. Suas críticas incidem sobre a falta, naquela concepção, dos direitos culturais e assinala, ademais, seu viés individualista e restritivo. Também questionam a idéia de direito como

dádiva e não como *conquista*. Haveria, portanto, que considerar a cidadania numa perspectiva evolutiva e hermenêutica na qual, além de “direitos”, aparecessem também os “deveres” do cidadão. Na visão de Varella (1999), a cidadania se define como “competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria coletivamente organizada” (p. 64).

Pedro Demo (1995), por sua vez, sugere a existência de dois tipos de cidadania, a tutelada e a emancipatória. A primeira caracteriza-se pelo clientelismo, paternalismo, assistência e assistencialismo sem profundas mudanças na estrutura econômica, além de ser uma “cidadania de direito”, do tipo *top down*. A segunda se assenta na idéia de equalização de oportunidades, caracterizando-se potencialmente por seu caráter emancipador.

Frigotto (1992) nos fala de uma “cidadania ausente” que se manifesta na sua base material mais radical pelas relações sociais de exclusão. A exclusão, neste sentido, é a prova mais direta e visível da cidadania ausente exemplificada pelos milhares de analfabetos funcionais que figuram nas estatísticas, o Movimento dos Sem-Terra, as doenças endêmicas, os cinturões de pobreza e miséria, a concentração de riqueza etc. Para Frigotto (1992),

a cidadania pressupõe requisitos fundamentais como consciência crítica, raciocínio lógico, responsabilidade individual e coletiva, habilidades de tomar decisões e iniciativas, de aceitar e conviver com diferentes opiniões e pontos de vista, de criar alternativas de soluções. Enfim, é estar preparado para a autonomia, para a responsabilidade, para a participação efetiva nas transformações necessárias ao progresso do país. Portanto, não para a alienação, para a dependência e para o consumismo. (p. 74)

À cidadania clássica, concebida como gozo pleno dos direitos políticos de um cidadão em uma determinada sociedade, Augusto Cury (1998) contrapõe outras duas noções de cidadania: a cidadania da ciência e a cidadania social. Sua crítica à cidadania clássica também alude à idéia que lhe é subjacente, do não comprometimento do indivíduo com a sociedade. Para ele,

a cidadania é um exercício intelectual de mão dupla, que envolve tanto os direitos políticos de um cidadão em sua sociedade como os deveres de um cidadão para com essa [mesma] sociedade. Esses deveres não apenas se referem àqueles previstos em lei, mas também àqueles que dependem

da maturidade intelectual, emocional e social, tais como: solidariedade, tolerância, dignidade, cooperação social, preocupação com as dores e necessidades psicossociais do outro, aprender a se doar psicossocialmente sem esperar a contrapartida do retorno, etc. [...] O único retorno legítimo que deveria ser almejado no exercício da cidadania é aquele produzido pelo prazer de contemplar a melhora da qualidade de vida do outro, da sociedade e do meio ambiente. (p. 260-261)

Nesta visão ampliada de cidadania, até mesmo as empresas deveriam exercer uma espécie de “cidadania empresarial”. Deveriam não apenas ter como meta a competitividade, a qualidade de seus produtos e serviços e a lucratividade, mas também a cidadania, expressa pela meta de procurar expandir a qualidade de vida dos seus trabalhadores e da sociedade como um todo, bem como deveriam exercer a “cidadania verde”, ou seja, a cidadania demonstrada pela preocupação com a preservação do meio ambiente, não como *marketing* político, mas como responsabilidade social.

Esta é a cidadania de que falamos e que, ao nosso ver, deve estar no centro do debate sobre a formação de crianças e jovens, de ambiente urbano ou rural, cujas vidas sejam marcadas pela experiência de aprendizagem e desenvolvimento, quer no espaço pedagógico da escola, quer no contexto da atividade extra-escolar, no trabalho, em casa ou na rua.

Juventude, trabalho e escola: o dilema da práxis social e da emancipação juvenil

Todo ano, mais de um milhão de brasileiros completam 16 anos e vêm reclamar o seu espaço no mercado de trabalho. O Brasil tem mais de 61 milhões de crianças e adolescentes de até 17 anos. Embora a lei proíba o trabalho antes dos 16 anos – a não ser como aprendiz, a partir dos 14 –, em 2001 ainda havia no país mais de 2 milhões de meninos e meninas de 5 a 14 anos trabalhando (IBGE - PNAD 2001).

Ao lado da questão da escolarização e profissionalização do adolescente e do jovem, situa-se o tema do trabalho infantil, uma vez que muitos indivíduos, por razões diversas, iniciam sua vida laboral precocemente, sobretudo nas classes mais desfavorecidas economicamente. Ao chegar à adolescência esses indivíduos têm uma bagagem social e cultural que se distingue da dos colegas da

mesma idade. Seu modo de lidar com o trabalho, com a escola e com a vida – forjado desde a infância – tende a diferenciar-se do modo como agem aqueles que pela primeira vez enfrentam o desafio do trabalho.

Os efeitos da experiência precoce de trabalho são de diversa ordem. Estudos mostram que o trabalho feito pela criança e o adolescente traz **prejuízos** de vários tipos (HEADY, 2003; OLIVEIRA, 2000; MORTIMER *et al.*, 1996), especialmente sobre a sua **saúde física e psico-emocional** (MENDONÇA, 2002). As consequências, segundo os especialistas, são: baixa escolaridade, evasão escolar, falta de perspectivas profissionais, debilidades físicas e traumas emocionais (CASTILHO; TORREZAN, 2005).

Patrinos e Psacharopoulos (1997), num estudo realizado no Peru, observaram que certos aspectos *associados ao trabalho infantil* tais como pobreza, morar na zona rural, ter que cuidar de irmãos menores e tamanho da família são fatores que *também* contribuem para maior distorção idade-série e menos êxito na carreira escolar. Outras pesquisas (PSACHAROPOULOS; ARRIAGADA, 1989), desta feita realizadas no Brasil, confirmaram a hipótese popular de que o trabalho **prejudica a escolaridade** em grande parte da população em idade escolar.

Um estudo sobre o impacto educacional do trabalho infanto-juvenil (CAMPOS; DIMENSTEIN; FRANCISCHINI, 2003), realizado no Rio Grande do Norte, sugere que percalços, interrupções e atrasos na trajetória de vida escolar dos adolescentes são devidos à sua inserção precoce no trabalho. Gomes (1989), porém, destaca que, com base nas pesquisas de que dispomos, *não é possível afirmar uma relação mecânica entre trabalho e escolarização*. Há tipos de trabalho que realmente impedem a criança e o jovem de ir à escola, roubando-lhes inestimáveis oportunidades. No entanto, em algumas circunstâncias, *o trabalho pode favorecer o estudo*.

Uma pesquisa qualitativa realizada no Estado de São Paulo (OLIVEIRA *et al.*, 2001) mostrou que a questão do trabalho, na ótica dos adolescentes, encerra uma polêmica contradição: por um lado, o trabalho é visto como uma experiência positiva que favorece a maturidade, a aprendizagem e a construção do futuro, mas, em contrapartida, também representa cansaço, falta de tempo para dedicar-se à sua formação e um óbice aos estudos na escola formal.

Entretanto, em seu estudo sobre o que pensam os alunos do ensino médio sobre a escola noturna, Abdalla (2004) concluiu

que, provavelmente, o baixo desempenho escolar de muitos desses jovens deve-se ao descrédito da escola e não só a fatores familiares, pobreza ou mesmo necessidade de trabalhar. A seu ver, boa parte desses jovens que demonstram “intolerância” à vida escolar, muitas vezes, sem que estejam sendo pressionados por nenhuma necessidade material imediata, parecem buscar no trabalho uma desculpa para fugir da escola ou para explicar seu baixo desempenho, que pode ter suas causas na própria escola e não só no jovem, na família ou em sua necessidade de trabalhar (SPÓSITO, 1997; MARQUES, 1997). Ao formular sua opinião sobre o assunto, Abdalla (2004) chega a declarar:

É importante compreender o trabalho na vida dos jovens em sua **positividade**, pois mesmo quando eles se referem ao cansaço decorrente de um dia duro de trabalho, para justificar sua falta de interesse nas aulas, logo em seguida apontam outras razões, a meu ver muito mais consistentes, para explicar tal desinteresse, e que têm a ver com as aulas cansativas que não despertam o desejo de aprender, mau humor dos professores, dificuldades no entendimento das matérias ou nas avaliações etc. (p. 46 e 56) – Grifo nosso.

Há quase dois séculos, o trabalho realizado por crianças e adolescentes tem sido considerado por muitos como um elemento formador, devido ao seu grande potencial educativo e propiciador do desenvolvimento do caráter e das habilidades e competências latentes e/ou passíveis de melhora no indivíduo. Grandes nomes como Pistrak (1981), Freinet (1998) e Dewey (1998) são por vezes evocados no sentido de dar base teórica a tais discursos.

Assim, os que reconhecem o potencial do trabalho como *elemento formador* ou *princípio educativo* tendem a valorizar as experiências extra-escolares, como as que têm lugar no ambiente de trabalho ou na atividade laboral, como grandes *espaços de aprendizagem* e formação, tão importantes ou mais que a escola formal tradicional, com suas conhecidas limitações pedagógicas e institucionais.

[A] escola hoje não permite uma formação cidadã; pelo contrário, reproduz a violência e o autoritarismo, além de se tornar um espaço pouco motivador, alienante e facilitador de comportamentos de risco. [...] As crianças passam pela escola, segundo as últimas estatísticas do Ministé-

rio da Educação, sem que consigam nela adquirir e desenvolver competências essenciais para a vida em sociedade. (GUZZO, 2003, p.32, 35)

Na opinião de alguns autores, porém, no trabalho, o potencial formador-educativo, embora inquestionável, também fica subsumido e/ou quase neutralizado por questões de ordem prática, que não podem ser desconsideradas, tais como as *condições concretas* em que se dá o trabalho do jovem, a possibilidade real de promover a sua *emancipação* e crescimento profissional e o fato, não menos importante, de que suas motivações e objetivos declarados ao *optarem* pelo trabalho se devem mais a necessidades ou déficits econômicos e financeiros do que a demandas por formação e profissionalização. Isto emergiu da fala dos sujeitos entrevistados em pesquisa recente realizada por Oliveira e Robazzi (2001):

O discurso a favor do trabalho infanto-juvenil, além da necessidade de complementação de renda da família, aponta sua condição de fator de aprendizado e qualificação, ou seja, trabalho pedagógico voltado não para a produção de bens e serviços, mas para a formação profissional do jovem. Esse cunho de formação (trabalho-aprendizagem), embora não muito claro na cabeça dos adolescentes, transparece também em suas falas; contudo, parece-nos que não há distinção do trabalho [juvenil para o trabalho] desenvolvido pelos adultos, acrescentando nada ou muito pouco à educação profissional [do adolescente e do jovem], ocupando o tempo que poderia ser destinado aos estudos ou brincadeiras, base para o desenvolvimento saudável e formação da estrutura do futuro adulto. [...] Alertamos para o ato ilusório do caráter formador para [promover ou facilitar] o ingresso do jovem no mercado de trabalho, que, mascarando-se de aprendizado, oculta a verdadeira essência da inserção precoce do adolescente no trabalho, ou seja, o benefício da relação empregado-empregador, em que o primeiro subordina-se ao oferecido pelo mercado porque necessita trabalhar, e o segundo, como tem condições de escolher a mão-de-obra, estabelece o valor que quer pagar, lucrando com a possibilidade do não pagamento dos encargos determinados pela legislação trabalhista. (p. 85)

Tempo para (sobre)viver: uma agenda deveras disputada

Entre os elementos que integram a discussão em torno das “condições de trabalho”, a que se submetem as crianças e adoles-

centes, está o fator **tempo**, que inclui aquele destinado ao estudo e ao lazer, e não só à atividade laboral.

Tanto a quantidade como a qualidade do tempo contam. Jornadas longas e escola noturna são misturas ácidas para o adolescente trabalhador. No estudo de Oliveira e Robazzi (2001), 70% dos sujeitos tinham uma jornada diária de oito horas, cinco dias por semana, o que – segundo eles – ocasionava cansaço, sono, baixa concentração nas aulas e falta de tempo para estudo individualmente e tarefas de casa.

Gomes (1989), por sua vez, também enumera algumas características do trabalho com impactos significativos sobre a escolaridade tais como segurança, remuneração, setor produtivo, vínculos familiares no trabalho, (in)formalidade da atividade exercida e tempo nela despendido diariamente:

O trabalho no setor informal, além de inseguro em geral e de baixa remuneração, destacadamente na agricultura (em particular quando não é exercido com a família), desfavorece a permanência ou reentrada na escola. As atividades laborais facilitam o acesso à escola apenas para o pequeno contingente que dispõe de emprego fixo no setor formal, cujas premências familiares lhe força a controlar a maior parte dos seus salários. É preciso ainda que as tarefas não sejam extenuantes e a **jornada** de trabalho não seja **muito longa**, pois segundo várias pesquisas, o máximo de **nove horas** é um marco significativo, o que confirma ser bem curta a jornada de estudos para o trabalhador. (p. 107) – Grifo nosso.

Com base em tais informações, seria, pois, razoável esperar uma dificuldade escolar diretamente proporcional à extensão da jornada de trabalho. Todavia, a despeito de tal hipótese ainda não ter sido exaustivamente testada, não raro encontramos na literatura afirmações de caráter conclusivo e generalizador, semelhantes a esta:

Quando a criança ou adolescente trabalha, sobra muito **pouco ou nenhum tempo** para brincar ou praticar esportes, uma vez que seu dia é preenchido pelo trabalho e pela escola. Alguns, quando ainda conservam alguma motivação, brincam ou praticam esportes nos fins de semana (a espelho dos adultos contemporâneos), às vezes nem isso, o que confirma a **influência não muito benéfica** do trabalho em sua vida. (OLIVEIRA e ROBAZZI, 2001, p. 87) – Grifo nosso.

Embora seja certo que o tempo da criança e do adolescente em nossos dias sofre maior controle direto dos pais, de outros adultos e da sociedade em geral, comparativamente à realidade de poucas décadas atrás, não se pode supor que a escola e o trabalho invariavelmente “roubam” ou “matam” a infância. Quem quer que tenha lidado com crianças de rua ou trabalhadores mirins sabe que nem o asfalto nem as paredes podem conter o que há de ineliminável e característico na condição de infante. Nossa (justa) preocupação, portanto, deve ser a de evitar a *restrição* do potencial da criança, não a sua suposta e ameaçadora *supressão*.

Competências forjadas no trabalho

A falta de suficiente informação e estudos acerca dos processos educativos extra-escolares, sobretudo os relacionados à atividade laboral dos estudantes, é em parte responsável pela dificuldade que temos, enquanto sociedade, de equacionar as polêmicas questões que assediam o nosso cotidiano, concernentes à juventude no contexto de um mundo marcado pelo capitalismo estrutural, pelo avanço tecnológico e pela globalização da economia.

Pouca atenção tem sido dada às origens da competência no domínio do trabalho. Em um estudo, a competência no trabalho em jovens foi significativamente predita por suas realizações acadêmicas, conduta, e **competência social** no desenvolvimento prévio. Transições bem-sucedidas ao mundo adulto também têm recebido escassa atenção na literatura sobre o desenvolvimento humano, muito embora este seja um tema de considerável importância para as políticas públicas.

A importância das atividades extra-curriculares para o desenvolvimento das competências precisa ser mais explorada, especialmente para testar a crença popular de que tal envolvimento pode funcionar como um **fator de proteção** para os jovens de alto risco por vinculá-los, de maneiras mais positivas, à escola, a adultos positivos ou grupos de amigos de influência positiva ou por engendrar auto-eficácia (MASTEN; COATSWORTH, 1998, p. 212) – Grifo nosso.

Patrinos e Psacharopoulos (1997), por exemplo, num estudo com indígenas no Peru, constataram que o trabalho infantil *em si* não se mostra prejudicial à escolaridade, concluindo que fatores culturais e a natureza da atividade laboral desenvolvida em para-

lelo com a escola são aspectos ainda sem suficiente estudo e explicitação por parte dos pesquisadores (GOMES, 1989, p. 107). Masten e Coatsworth (1998), por sua vez, afirmam que

Experiências de trabalho podem prover uma oportunidade para os adolescentes desenvolverem um senso de eficácia e autoconfiança e adquirir as destrezas e habilidades exigidas para uma transição bem-sucedida para a fase adulta. Um extenso estudo de painel, com estudantes da escola secundária, indicou que as experiências de trabalho dos adolescentes podem melhorar o sentimento de competência, prover o bem-estar do adolescente e fortalecer o relacionamento entre ele e seus pais. Contudo, demasiado trabalho, particularmente estressante, trabalhos do tipo “beco sem saída” estão associados a piores realizações acadêmicas, má conduta e ao uso de tabaco, álcool ou outras substâncias. (p. 212)

Ante esta realidade, talvez coubesse perguntar a que e a quem serve a polarização da *idéia negativista* sobre o impacto do trabalho na formação do adolescente e do jovem. Tal questionamento não se coloca, de modo algum, do lado da defesa ingênua e livre (liberal?) da utilização da mão-de-obra infanto-juvenil no mercado de trabalho capitalista.

Nossa provocação é no sentido de desconstruir, para entender, um discurso hegemônico e abarcante que tem o potencial vivo de, sub-repticiamente, imputar à vítima a autoria do crime alheio. E, conquanto ainda possa ser um protagonista, o jovem prejudicado por sua formação educacional deficitária ou por sua saúde vilipendiada pelas tormentas de sua trajetória de vida, não nos cabe sancionar discursos e práticas que tendam a naturalizar e simplificar a realidade, dando a entender que o fracasso escolar do jovem que trabalha se dá como o resultado certo de uma equação matemática.

Em que medida o trabalho dificulta ou facilita o progresso e o aprendizado escolar? A escolaridade contribui para a conquista do emprego ou o contrário (o trabalho é que contribui para a permanência e avanço da escolaridade)? Pode o trabalho ser um elemento articulador e potencializador para garantir a escolaridade? O trabalho na infância e na adolescência promove a formação para a cidadania? Sob que circunstâncias? Em que aspectos? Que competências, habilidades, conhecimentos e valores se adquirem no trabalho que promovem uma formação orientada para a cidadania? Seria o trabalho da criança e do adolescente um preditor do seu desempenho escolar?

A pesquisa de Abdalla (2004), as falas de seus sujeitos (muitos alunos-trabalhadores), suas constatações e argumentos a esse respeito são bastante pertinentes e oportunos:

Chamo a atenção para o fato de que as análises mais frequentes sobre o processo de escolarização dos jovens, filhos de trabalhadores, procuram evidenciar que é a necessidade de trabalhar que os força a abandonar a escola ou impede o seu acesso. Contudo, as estatísticas têm demonstrado que uma parcela cada vez maior de adolescentes tem acesso à escola de nível médio, justamente porque está exercendo uma atividade remunerada. [...] Acredito que não se pode ver no aluno da escola noturna somente o jovem que trabalha, sem levar em consideração suas características, suas vivências, seus interesses, seus sonhos e os papéis assumidos dentro e fora da escola. (p. 57, 58)

Convém, portanto, não se encerrar em posicionamentos extremos ou ingênuos, mas aprofundar a discussão e ampliar o acervo de informações disponíveis com base nas quais será possível ensaiar uma *nova* interpretação e abordagem dos fatos. Nem pode ser o trabalho assumido como elemento formador *a priori*, à revelia das profundas marcas que tem (e produz) na sociedade dos homens; nem tampouco é concebível a idéia translúcida e pacífica de educação da juventude mediante uma escolarização institucionalizada, regular, descolada das demandas da realidade, do mundo do trabalho e dos setores produtivos.

O trabalho, presumivelmente, marcará trajetórias diferentes de desenvolvimento em função do significado e sentido que assume na subjetividade; e seu impacto no desenvolvimento subjetivo não será o mesmo, por exemplo, naqueles sujeitos em que [o trabalho] se configura como fonte de satisfação de necessidades subjetivas importantes, se comparados aos sujeitos que o vivenciam como espaço de constante insatisfação. Esta linha de pesquisa permite questionar o caráter absoluto que assumem **certas afirmações** sobre as conseqüências psicológicas do trabalho infantil tais como “comprometimento do desenvolvimento físico, cognitivo e emocional, cancelamento de projetos de vida e desestruturação do mundo infantil: o mundo de liberdade se converte no mundo do dever” (FERREIRA, SILVA; HOELZEL, 2000). Embora tais afirmações sejam válidas com relação ao desenvolvimento de muitas crianças e adolescentes que trabalham,

não necessariamente exemplificam o papel que a situação de trabalho tem no desenvolvimento de outros. (MARTÍNEZ, 2001, p. 12) – Grifo nosso.

Nesta perspectiva, ao abordar a questão do trabalho infanto-juvenil e seus efeitos sobre a escolaridade e formação da criança e/ou do adolescente, importa considerar o atual estágio de conhecimento em que nos encontramos, bem como as inelimináveis implicações e motivações das teorias, informações e dados disponíveis (ou não) acerca da realidade.

A relativa falta de informação sobre a realidade do trabalho infantil e juvenil em cada contexto, junto a fatores de ordem socioeconômica e política, se não determina ao menos contribui para o embargo e redução das possibilidades de enfrentamento do problema com perspectivas mais promissoras e bem articuladas com a realidade.

Uma pesquisa recente, dentro dessa temática, realizada num município do nordeste brasileiro, revelou que

uma análise mais aprofundada, relacionando os índices de evasão e repetência escolares com a questão do trabalho de crianças e adolescentes, requer o levantamento de dados referentes a: (1) Crianças e adolescentes que trabalham e não freqüentam a escola. (2) Crianças e adolescentes que estão na escola, embora defasados em relação à faixa etária esperada nas seguintes condições: (2.1) Trabalham atualmente; (2.2) Trabalharam anteriormente; (2.3) Nunca trabalharam; (2.4) Sempre trabalharam. (3) Crianças e adolescentes que estão na escola e que não trabalham atualmente. (4) Crianças e adolescentes que estão na escola e trabalhando. (CAMPOS; DIMENSTEIN; FRANCISCHINI, 2003, p. 157)

É preciso, portanto, explicitar, tão profunda e amplamente quanto possível, a natureza das relações entre educação e trabalho, entre escola e atividade laboral, de tal forma que tenhamos maior compreensão da natureza e das circunstâncias implicadas nesta relação e, inclusive, das características que lhe são inerentes, considerando ainda a dinâmica movente – instituída e instituinte – nela implicada.

Sem isto, nossas ações e intervenções poderão, conseqüentemente, distar das nossas melhores intenções, dado o mascaramento existente na realidade sobre a qual pretendemos incidir. E, ainda que tal realidade seja por definição opaca e parci-

almente impenetrável à nossa inteligência, resulta temerário eximir-se das ações possíveis para as quais estamos plenamente capacitados e responsabilizados.

RESUMEN: El trabajo en la niñez y adolescencia tiene, sobre el sujeto trabajador, impactos de diverso orden, tanto sobre su salud física y psíquica como sobre su educación. Ello, crecientemente, se viene constituyendo objeto de preocupación social. Analizamos, en este artículo, algunos resultados del trabajo infanto-juvenil sobre la formación del estudiante. En base a una investigación bibliográfica, articulamos diferentes perspectivas teóricas y evidenciamos la naturaleza polémica de la discusión. Enfatizamos los resultados positivos del trabajo infanto-juvenil, considerando su *potencial formador* y su valor como *principio educativo*, lo que dependerá en cada caso de las características del trabajo realizado y de la percepción de los sujetos acerca de las actividades que desarrollan.

PALABRAS-CLAVE: Trabajo infanto-juvenil; Escuela; Formación; Estudiante trabajador; Ciudadanía.

ABSTRACT: Working during childhood and adolescence has various impacts on the worker, as much on his or her physical and mental health as on his or her education. These impacts have increasingly become the object of social preoccupation. In this article, findings of studies on the educational effects of child and adolescent work are reviewed and presented. Based on bibliographical research, different theoretical perspectives were summarized to stress the polemical nature of the discussion. Further, we emphasize the positive outcomes of child/adolescent work, considering its *formative potential* and its value as an *educational principle, depending on the type of work performed and the worker's own perceptions of such work.*

KEY WORDS: Child and adolescent work; School; Education; Worker student; Citizenship.

Referências

ABDALLA, Vilma. *O que pensam os alunos sobre a escola noturna*. São Paulo: Cortez, 2004

ABRAMO, H. H. e BRANCO, P. P. M. (Org.) *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*, Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2005

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

- ARIÈS, Philippe. *L'enfant et la vie familiale sous l'ancien régime*. Paris, Du Seuil, 1975
- BERCOVICH, Alcía M.; MADEIRA, Felícia R.; TORRES, Haroldo G. *Mapeando a situação adolescente no Brasil*. São Paulo: Fundação Seade, 1997 (mimeo).
- CAMPOS, Herculano; DIMENSTEIN, Magda; FRANCISCHINI, Rosângela. Trabalho infante-juvenil: impacto sobre a educação através de índices de evasão e repetência escolares. In: DEL PETRE, Zilda A. Pereira (Org.) *Psicologia escolar e educacional: saúde e qualidade de vida*, 2 ed. Campinas: Alínea, 2003.
- CARVALHO, Martha S. Itaparica de. *Fatores individuais, familiares e ambientais associados ao trabalho de crianças e adolescentes*. Universidade Federal da Bahia. Tese de Doutorado, 2005.
- DANTAS, Rosa Amélia Andrade. *História de trabalho na infância e adolescência e a saúde do trabalhador adulto*. Universidade Federal da Bahia. Tese de Doutorado, 2005.
- CASTILHO, Alceu e TORREZAN, Jéssika. Infância interrompida. *Educação*. Ano 8, N. 94, 36-49, 2005
- COELHO, Lígia M. C. Sobre o conceito de cidadania: uma crítica a Marshall, uma atitude antropofágica. *Revista Tempo Brasileiro*, 100: 9-30, 1990
- CURY, J. Augusto. *Inteligência multifocal*, 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1998
- DEMO, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995
- DEWEY, John. *Vida e educação*, Melhoramentos: São Paulo, 1978
- FASSA, A. C.G., FACCHINI, L. A. Dall' Agnol, M. M. et al. Child labor and health: problems and perspectives. *Journal Occup. Environment Health*, 6 (1), 56-67, 2000.
- FERREIRA, M., SILVA, R.; HOELZEL, F. O trabalho precoce e a construção de um diálogo necessário: uma reflexão sobre a articulação entre a produção científica e sociedade com vistas ao aprimoramento das políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência em cenários de desenvolvimento. Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), *XXX Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia*. Resumos (p. 59). Ribeirão Preto: SBP, 2000
- FONSECA, João C. F. *Adolescência e trabalho*. São Paulo: Summus, 2003
- FREINET, Célestin. *A educação do trabalho*, São Paulo: Martins Fontes, 1998
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Cidadania, Tecnologia e Trabalho: desafios de uma escola renovada. *Tecnologia Educacional*, 21 (107) 4-10, 1992
- GOMES, Candido A. C. Escolaridade e Treinamento do Operário Industrial no Brasil, In: *Ciência e Cultura*, 38 (9), 1496-1505, 1986a
- GOMES, Candido A. C. Trabalho do Menor e Ordem Legal, In: *Revista de Informação Legislativa*, 23 (92), 349-372, 1986b
- GOMES, Candido A. C. Trajetória educacional e ocupacional de jovens empregados no Brasil, In: *La educación*, 23 (105), 103-128, 1989
- GRUSPUN, Haim. *O trabalho das crianças e dos adolescentes*, São Paulo, LTr, 2000

- GUZZO, Raquel S. L. Saúde psicológica, sucesso escolar e eficácia da escola: desafios do novo milênio para a psicologia escolar, *In: DEL PETRE, Zilda A. Pereira (Org.) Psicologia escolar e educacional: saúde e qualidade de vida*, 2 ed. Campinas: Alínea, 2003
- HEADY, Christopher. The effect of child labor on learning achievement. *World Development*, 31 (2), 385-398, 2003
- KOLLER, Sílvia. A escola, a rua e a criança em desenvolvimento. *In: DEL PETRE, Zilda A. Pereira (Org.) Psicologia escolar e educacional: saúde e qualidade de vida*, 2 ed. Campinas: Alínea, 2003
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967
- MARQUES, Maria Ornélia S. Escola noturna e jovens. *Revista Brasileira de Educação*, 1997 (Juventude e Contemporaneidade, Número Especial)
- MARTÍNEZ, Albertina M. *Trabajo Infantil y Subjetividad: una perspectiva necesaria*. Estudos de psicologia, 6 (2), 1-15 [235-244], 2001
- MASTEN, Ann S. e COATSWORTH, J. Douglas. The development of competence in favorable and unfavorable environments. *American psychologist*, 53 (2), 205-220, 1998
- MENDONÇA, Maria H. M. O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas. *Cad. Saúde Pública*, 18, 2002
- MORTIMER, Jeylan T. et al. The effects of work intensity on adolescent health, achievement, and behavioral adjustment: new evidence from a prospective study. *Child development*, 67, 1243-1261, 1996
- OLIVEIRA, Beatriz R. G. e ROBAZZI, Maria Lúcia C. C. O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. *Revista latino-americana de enfermagem*, 9 (3), 83-89, 2001
- OLIVEIRA, D. C. A educação e o trabalho infantil nos municípios de Monteiro Lobato e Santo Antônio do Pinhal. *Relatório de pesquisa apresentado à CAPES*, São Paulo: 2000
- OLIVEIRA, D. C. et al. Futuro e liberdade: o trabalho e a instituição escolar nas representações sociais de adolescentes. *Estudos de psicologia*, 6 (2), 245-258, 2001
- PATRINOS, Harry A.; PSACHAROPOULOS, George. Family size, schooling and child labor in Peru: an empirical analysis. *Journal of population economics*, 10: 387-405, 1997.
- PEREIRA, Júlio César Leal; MARQUES, Maria Ornélia S. O trabalho e a cidadania do jovem soteropolitano: a percepção do adolescente e de suas famílias. *Congresso Internacional Educação e Trabalho*, Aveiro, 2005
- PISTRAK, M. M. *Fundamentos da escola do trabalho*, São Paulo: Brasiliense, 1981
- PSACHAROPOULOS, George; ARRIAGADA, Ana Maria. The determinants of early age human capital formation: evidence from Brazil. *Economic development and cultural change*, 37 (4), 683-708, 1989
- PSACHAROPOULOS, George. Child labor versus educational attainment some

- evidence from Latin America. *Journal population economics*, 10, 377-386, 1997
- SANTANA, Vilma *et al.* Acidentes de trabalho não fatais em adolescentes. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 19, n. 2, 407-420, mar-abr, 2003
- SANTANA, Vilma *et al.* Acidentes de trabalho não fatais: diferenças de gênero e tipo de contrato de trabalho. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 19, n. 2, 481-493, mar-abr, 2003
- SANTANA, Vilma *et al.* Emprego e serviços domésticos e acidentes de trabalho não fatais. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. 1, 64-74, 2003
- SANTANA, Vilma e OLIVEIRA, R. Saúde e trabalho na construção civil em área urbana do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 20, n. 3, 797-811, mai-jun, 2004.
- SANTANA, Vilma BOUZAS, J. O trabalho remunerado de crianças e adolescentes e os efeitos sobre a saúde, In: *Congresso de Epidemiologia da Abrasco*, 7, Recife, 2004.
- SANTANA, Vilma *et al.* Adolescence students who work: gender differences in school performances and self-perceived health. *International Journal of Occupational and Environmental Health*, v. 11, 294-301, 2005
- SILVA, Danniel. Peti atendeu quase 930 mil crianças no país. In: *A Tarde*. Terça-feira, 26/04/2005: p. 15
- SOUZA, Maria Thereza O. M. Jovem: estudante que trabalha ou trabalhador que estuda? *Revista de educação CEAP*, 46 (12), 55-58, 2004
- SPÓSITO, M. Estudos sobre juventude em educação. *Revista brasileira de educação, ANPED*, set-dez, 1997
- VARELLA, Aida V. *Informação e construção da cidadania*. Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, 1999.